

Informes financeiros da NAV Brasil e INFRAERO pelo Relatório Agregado das Empresas Estatais Federais de 2024 publicado pelo Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), em 25.08.25

No dia 22, Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), do Governo Federal, publicou o Relatório Agregado das Empresas Estatais Federais ano-base 2024.

O relatório reúne informações da atuação das (44) empresas estatais federais de controle direto da União e apresenta um panorama sobre as questões centrais de sua governança, com destaque para o papel de cada estatal no processo de desenvolvimento nacional e na execução das mais diferentes políticas públicas brasileiras.

Relatório Agregado das Empresas Estatais Federais de 2024:

https://www.gov.br/gestao/ptbr/assuntos/estatais/copy_of_transparencia/relatorio%20agregado%20sest%2025

São 122 empresas estatais, sendo 44 delas de controle direto e 78 de controle indireto.

Das 44 estatais federais de controle direto, 17 são dependentes e 27 não-dependentes de recursos do Tesouro Nacional. Essas empresas estão vinculadas a 16 ministérios supervisores e pertencem a 8 setores econômicos assim definidos para fins deste Relatório.

Empresas federais “dependentes do Tesouro Nacional” são aquelas que requerem recursos /necessitam de recursos do Tesouro Nacional para custeio de suas atividades, que são repassados sob a forma de subvenções. As empresas estatais federais dependentes têm suas despesas previstas dentro do orçamento do Ministério ou órgão ao qual estão vinculadas. Por isso, estão sujeitas às regras fiscais e aos limites orçamentários e financeiros estabelecidos pelo governo federal, incluindo contingenciamentos e bloqueios.

As empresas estatais federais “não-dependentes do Tesouro Nacional” funcionam com recursos próprios, não recebem dinheiro do orçamento do governo federal para manter suas atividades e, em muitos casos, distribuem dividendos (à União e a outros acionistas públicos e privados), injetam dinheiro no orçamento federal e ajudam a custear outras políticas e serviços públicos.

As 78 estatais federais de controle indireto são controladas por 5 companhias

O relatório discorre quanto às diferentes metodologias de apuração de desempenho financeiro de resultados primários (com superávit ou déficit) e operacionais (com lucro ou prejuízo). O Banco Central e o Tesouro Nacional publicam regularmente estatísticas de resultado primário de um conjunto específico de empresas estatais federais não-dependentes.

A principal diferença reside no regime de apuração, de caixa para resultado primário e de competência para resultando contábil/operacional.

O resultado primário das empresas estatais federais é calculado pelo regime de caixa considerando receitas e despesas primárias efetivamente realizadas (entradas e saídas de caixa) dentro de um determinado exercício fiscal (iniciado admitindo zero recursos em caixa, sem poupança, sem valores guardados de receitas ou saldo de anos anteriores). A realização de investimentos ou pagamentos de dividendos para acionistas para além do caixa gerado no exercício determinado, com uso de recursos acumulados no passado ou contratação de dívidas, haverá um déficit no resultado primário do exercício determinado. Adicionalmente, o resultado primário exclui receitas e despesas financeiras (juros, variações cambiais e etc), que são computadas em resultado contábil.

No caso para estatais federais, o resultado primário é calculado sob a ótica das finanças públicas, seguindo a metodologia que rege o Orçamento da União: receitas que entram em um ano menos as despesas daquele ano, excluindo também receitas e despesas financeiras.

O resultado contábil (lucro ou prejuízo líquido) é apurado pelo regime de competência, registrando receitas e despesas geradas independentemente do exercício em que acontecem.

Embora seja uma obrigação legal e apurado sob a lógica das finanças públicas, o resultado primário das empresas estatais federais não-dependentes (superavitário ou deficitário) não interfere diretamente na apuração da meta de resultado primário do Governo Central estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), nem impacta a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG), um dos principais indicadores de solvência fiscal do país. Déficits primários dessas empresas são financiados por meio de seus próprios recursos (caixa e patrimônio - utilização de caixa de acumulado e venda de ativos) ou via endividamento por meio do sistema financeiro (contratação de dívida junto a instituições financeiras privadas ou públicas, exceto o Tesouro Nacional), sem configurar dívida do governo federal. Aportes do Tesouro para essas empresas, na maior parte das vezes, estão relacionados a aumento de capital destinado a viabilizar investimentos estratégicos, ou decorrem de situações específicas, sujeitas a limites e condições legais bem estabelecidas, com contabilização dentro do orçamento fiscal e transparência.

O relatório utiliza a métrica “Valor Adicional”, com as seguintes definições:

- Valor Adicionado Bruto representa a riqueza gerada por uma empresa, ou setor, para a economia nacional. É a diferença entre o seu faturamento e o que foi pago a título de insumos (como, por exemplo, mercadorias e serviços ou, no caso de bancos, as despesas de captação).
- Valor Adicionado Líquido é o Valor Adicionado após consideradas as retenções, como o caso de depreciação e de amortização, por exemplo.
- Valor Adicionado a Distribuir representa a riqueza a ser distribuída pela empresa à sociedade e que posteriormente entrará no ciclo de formação de novas riquezas. É a soma do Valor Adicionado Líquido com o Valor Adicionado Recebido em Transferência - este último pode decorrer de participações em subsidiárias, por exemplo, ou das subvenções do Tesouro Nacional às empresas dependentes.

Dentre as 44 estatais de controle direto, com 100% de controle da União, estão listadas:

- 1 - NAV Brasil - do setor de Defesa, tendo órgão supervisor o Ministério da Defesa, sendo empresa não-dependente do Tesouro Nacional.

A empresa Serviços de Navegação Aérea (NAV Brasil) foi criada em 2020 para explorar industrialmente e comercialmente a infraestrutura aeronáutica de prestação de serviços de navegação aérea, sob o Comando da Aeronáutica (COMAER). A NAV Brasil compõe o Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB) e presta serviços como de Telecomunicações Aeronáuticas, de Informações Aeronáuticas e de Tráfego Aéreo e de Meteorologia Aeronáutica. Assim, seus serviços abrangem desde o controle do tráfego aéreo até a provisão de informações meteorológicas e telecomunicações aeronáuticas; entre outras instalações, a empresa opera estações meteorológicas, centros e salas de informações aeronáuticas, torres de controle e estações de rádio.

Quadro de pessoal em 2023 e 2024 é de 1.609 postos - mas quadro consolidado mostrando 1.598 e 1.597 postos.

Em 2023, a empresa tornou-se responsável por 37% dos pousos e decolagens realizados em todo o país, atendendo a mais de 1 milhão de movimentos de tráfego aéreo, prestando serviços de navegação aérea em 44 aeródromos brasileiros.

Em 2024, a estatal foi responsável pela operação de 44 torres de controle (TWR), controles de aproximação (APP), estações-rádio, estações meteorológicas, centros e salas de informações aeronáuticas espalhadas por todo Brasil e responsáveis pelo atendimento de 1,5 milhão de movimentos aéreos.

Em 2024, a NAV Brasil registrou o maior patamar de investimentos da sua história, um total de R\$ 22,3 milhões.

NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A.

DADOS ECONÔMICOS (R\$ milhões)	2020	2021	2022	2023	2024
Ativo	0	319,2	617,3	668,6	808,8
Passivo Exigível	0	219,0	280,8	219,7	283,7
Patrimônio Líquido	0	100,2	336,4	448,9	525,1
Receita da Intermediação Financeira	0	0	0	0	0
Receita da Prestação de Serviços e Tarifas	0	0	0	0	0
Faturamento	0	428,0	1129,2	924,3	860,8
Resultado Líquido	0	93,6	324,8	159,7	107,9
Recursos recebidos do Tesouro (AFAC)	0	25,0	0,0	0,0	0,0
Dividendos e JCP Pagos	0-	-	-	-	27,1
Dividendos e JCP Pagos à União	0-	-	-	-	27,1

DADOS DE PESSOAL	2020	2021	2022	2023	2024
Quadro de pessoal	0	1.654	1.620	1.598	1.597
Remuneração e benefícios (R\$ milhões)	0	159,59	327,72	368,45	377,36
Maior remuneração (R\$)	0	35.929,00	37.546,00	39.854,00	41.024,00
Remuneração média (R\$)	0	8.786,00	8.948,00	9.722,00	10.409,00
Menor remuneração (R\$)	0	2.374,00	2.585,00	2.808,00	2.786,00

VALOR ADICIONADO (R\$ milhões)				2023	2024	Var. %
Valor Adicionado Distribuído				605,7	574,6	-5,10%
Pessoal - remuneração e benefícios				368,4	377,4	2,40%
Impostos, Taxas e Contribuições				72	87,6	21,70%
Aluguéis e Capitais de Terceiros				5,6	1,7	-69,00%
Remuneração a Acionistas				45,9	32,4	-29,30%
Lucros (Prejuízos) Retidos				113,8	75,4	-33,70%

PATRIMÔNIO (R\$ milhões)	2023	2024	Var. %
Ativo Total	668,6	808,8	21,00%
Passivo Exigível	219,7	283,7	29,10%
Patrimônio Líquido	448,9	525,1	17,00%

RESULTADOS (R\$ milhões)	2023	2024	Var. %
Faturamento	924,3	860,8	-6,90%
Resultado Líquido	159,7	107,9	-32,40%
Dividendos e JCP Pagos	-	27,1	-
Dividendos e JCP Pagos à União	-	27,1	-

Reprodução: Relatório Agregado Ano-base 2024 (MGI)

O Relatório Agregado 2024 destaca que a NAV Brasil, no exercício 2024, teve resultado primário de superávit e resultado operacional de lucro.

Do relatório, pode-se verificar

- em 2023: Valor Adicionado Distribuído de R\$ 605,7 milhões (a partir de um faturamento de R\$ 924,3 mi, um desconto de R\$ 318,6 mi, ou 34,5%) e um dispêndio de R\$ 491,9 mi (sendo 74,9% com pessoal), com resultado de lucro de R\$ 113,8 mi.

O resultado líquido de R\$ 159,7 mi corresponde a uma despesa de R\$ 764,6 mi aplicada ao faturamento de R\$ 924,3 mi (margem de 17,3%).

Verifica-se uma diferença nos resultados apurados - R\$ 113,8 mi x R\$ 159,7 mi - de R\$ 45,9 milhões.

- em 2024: Valor Adicionado Distribuído de R\$ 574,6 milhões (a partir de um faturamento de R\$ 860,8 mi, um desconto de R\$ 286,2 mi, ou 33,2%) e um dispêndio de R\$ 499,1 mi (sendo 76,6% com pessoal), com resultado de lucro de R\$ 75,5 mi. O resultado líquido de R\$ 107,9 mi corresponde a uma despesa de R\$ 752,9 mi aplicada ao faturamento de R\$ 860,8 mi (margem de 17,3%).

- em 2024 comparativamente a 2023, um aumento do Ativo Total de R\$ 140,2 milhões e um aumento de Passivo de R\$ 64 mi, com aumento da Patrimônio Líquido de R\$ 76,2 mi.

2 - INFRAERO - do setor de infraestrutura e transporte, tendo órgão supervisor o Ministério de Portos e Aeroportos, sendo empresa não-dependente do Tesouro Nacional.

Em 2023, a INFRAERO detinha uma rede de 25 aeroportos, sendo o Aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro, e 24 aeroportos “regionais”, sendo cinco (5) outorgados à própria empresa e dezenove (19) administrados por meio de contratos de gestão com Estados e Municípios.

Além desta rede, a INFRAERO possui participação de 49% nas Sociedades de Propósito Específico (SPE) que administram os aeroportos internacionais de Guarulhos/SP, de Campinas/SP, de Brasília/DF, de Confins/MG e Galeão/RJ. O quadro de pessoal era 4.516 postos.

Em 2023, a INFRAERO registrou 35,6 milhões de embarques e desembarques, um crescimento de mais de 16% no movimento de passageiros em comparação com 2022 e a recuperação dos níveis de movimento anteriores à pandemia da Covid-19. Em relação ao movimento de aeronaves, apurou-se 539 mil operações de pousos e decolagens, resultando em um aumento de quase 15% em relação ao exercício anterior, aproximadamente 117% do movimento realizado em 2019.

Em 2024, a INFRAERO deteve uma rede de 35 aeroportos - Aeroporto Santos Dumont, no RJ, e 34 aeroportos “regionais” - assumindo no ano mais 10 destes aeródromos: Itaperuna (RJ), Salinópolis (PA), Paranavaí (PR), Ariquemes (RO), Anápolis e Luziânia (GO), Dourados (MS) e Canela e Torres (RS), e mais de Olímpia (SP) - um aeródromo em projeto. O quadro de pessoal foi de 4.293 postos, uma redução de 223 postos (4,9%).

O fluxo de passageiros chegou a 7,1 milhões em 2024, redução anual de 41% decorrente da limitação operacional no Aeroporto Santos Dumont estabelecida pelo governo federal. No ano foram registrados 144 mil pousos e decolagens, redução anual de 7%.

Em 2024, foram investidos pela INFRAERO R\$ 188,4 milhões em movimentação de aeronaves, com destaque para obras no Aeroporto Santos Dumont e em importantes unidades regionais como Governador Valadares (MG), Mossoró (RN), Vale do Aço (MG), Flores (AM), Itaperuna (RJ), Paranavaí (PR), Divinópolis (MG) e Canela (RS).

Infraero - Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária

DADOS ECONÔMICOS (R\$ milhões)	2020	2021	2022	2023	2024
Ativo	2.875,3	2.810,6	2.463,3	3.689,2	3.268,9
Passivo Exigível	3.065,4	3.165,9	1.961,6	2.637,7	2.133,5
Patrimônio Líquido	-190,1	-355,3	501,8	1.051,4	1.135,4
Receita da Intermediação Financeira	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Receita da Prestação de Serviços e Tarifas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Faturamento	1.650,6	1.932,3	1.536,9	1.566,2	437,1
Resultado Líquido	-2.199,4	-216,2	15,5	490,1	-228,8
Recursos recebidos do Tesouro (AFAC)	10,000	0	0	0	0
Dividendos e JCP Pagos	-	-	-	-	-
Dividendos e JCP Pagos à União	-	-	-	-	-

DADOS DE PESSOAL	2020	2021	2022	2023	2024
Quadro de pessoal	7.865	5.570	5.136	4.493	4.293
Remuneração e benefícios (R\$ milhões)	1.365,77	1.059,53	609,15	655,26	423,10
Maior remuneração (R\$)	43.696,00	41.055,00	39.293,00	46.907,00	55.146,00
Remuneração média (R\$)	7.902,00	7.295,00	8.057,00	5.992,00	7.449,00
Menor remuneração (R\$)	2.227,00	2.218,00	2.481,00	2.649,00	2.301,00

PATRIMÔNIO (R\$ milhões)	2023	2024	Var. %
Ativo Total	3.689,20	3.268,90	-11,40%
Passivo Exigível	2.637,70	2.133,50	-19,10%
Patrimônio Líquido	1.051,40	1.135,40	8,00%

VALOR ADICIONADO (R\$ milhões)	2023	2024	Var. %
Valor Adicionado Distribuído	1.518,00	458,5	-69,80%
Pessoal - remuneração e benefícios	655,3	423,1	-35,40%
Impostos, Taxas e Contribuições	209,5	70,1	-66,50%
Aluguéis e Capitais de Terceiros	163,2	194,1	19,00%
Remuneração a Acionistas	-	-	-
Lucros (Prejuízos) Retidos	490,1	-228,8	-

RESULTADOS (R\$ milhões)	2023	2024	Var. %
Faturamento	1.566,20	437,1	-72,10%
Resultado Líquido	490,1	-228,8	-
Dividendos e JCP Pagos	-	-	-
Dividendos e JCP Pagos à União	-	-	-

Reprodução: Relatório Agregado Ano-base 2024 (MGI)

O Relatório Agregado 2024 destaca que a INFRAERO, no exercício 2024, teve resultado primário de déficit e resultado operacional de prejuízo.

Do relatório, pode-se verificar

- em 2023: Valor Adicionado Distribuído de R\$ 1.518 milhões (a partir de um faturamento de R\$ 1.566,2 mi, um desconto de R\$ 48,2 mi, ou 3,1%) e um dispêndio de R\$ 1.028 mi (sendo 63,7% com pessoal), com resultado de lucro de R\$ 490 mi.

O resultado líquido de R\$ 490,1 mi corresponde a uma despesa de R\$ 1.076,1 mi aplicada ao faturamento de R\$ 1.566,2 mi (margem de 31,3%).

Verifica-se único valor nos resultados apurados - R\$ 490,1 mi.

- em 2024: Valor Adicionado Distribuído de R\$ 458,4 milhões (R\$ 21,3 mi acima do faturamento de R\$ 437,1 mi) e um dispêndio de R\$ 687,3 mi (sendo 61,6% com pessoal), com resultado de prejuízo de R\$ 228,9 mi. O resultado líquido de -R\$ 228,8 mi corresponde a uma despesa de R\$ 665,9 mi aplicada ao faturamento de R\$ 437,1 mi.

Verifica-se único valor nos resultados apurados, de -R\$ 228,8 milhões.

- em 2024 comparativamente a 2023, uma redução do Ativo Total de R\$ 420,3 milhões e uma redução de Passivo de R\$ 504,3 mi, com aumento da Patrimônio Líquido de R\$ 84 mi.